



C A P Í T U L O 2

COMUNIDADES QUILOMBOLAS E SUSTENTABILIDADE

Anderson Moraes de Castro e Silva

HARPIA – UERJ

Rio de Janeiro – RJ

<https://orcid.org/0000-0002-5668-0354>

Roberta Baltar dos Santos

HARPIA – UERJ

Rio de Janeiro – RJ

<https://orcid.org/0009-0007-0364-1689>

William de Souza Nunes Martins

HARPIA – UERJ

Rio de Janeiro – RJ

<https://orcid.org/0000-0001-7837-7359>

RESUMO: Este artigo investiga a evolução histórica do conceito de sustentabilidade, desde suas origens até a consolidação da Agenda 2030 e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). Analisa como esse conceito se aplica à realidade das comunidades quilombolas, com ênfase em suas práticas tradicionais de manejo dos recursos naturais, organização social e resistência cultural. Explora a relação entre as comunidades quilombolas e os ODS, identificando convergências, desafios e oportunidades. O objetivo é demonstrar a importância da inclusão da perspectiva quilombola no debate sobre sustentabilidade, reconhecendo seus conhecimentos e práticas como contribuições valiosas para a construção de um futuro mais sustentável.

PALAVRAS-CHAVE: Sustentabilidade; ODS; Comunidades Quilombolas; Conhecimentos Tradicionais; Manejo dos Recursos Naturais; Desenvolvimento Sustentável.

QUILOMBOLA COMMUNITIES AND SUSTAINABILITY

ABSTRACT: This article investigates the historical evolution of the concept of sustainability, from its origins to the establishment of the 2030 Agenda and the Sustainable Development Goals (SDGs). It analyzes how this concept applies to the context of Quilombola communities, emphasizing their traditional practices of natural resource management, social organization, and cultural resilience. The study explores the relationship between Quilombola communities and the SDGs, identifying points of convergence, challenges, and opportunities. The goal is to demonstrate the importance of integrating the Quilombola perspective into the sustainability discourse, recognizing their knowledge and practices as valuable contributions to building a more sustainable future.

KEYWORDS: Sustainability; SDGs; Quilombola Communities; Traditional Knowledge; Natural Resource Management; Sustainable Development.

INTRODUÇÃO

A busca por um modelo de desenvolvimento que concilie o progresso socioeconômico com a preservação ambiental tem se intensificado diante dos crescentes desafios globais, como as mudanças climáticas, a perda de biodiversidade e a desigualdade social. Nesse contexto, o conceito de sustentabilidade assume papel central, demandando uma análise crítica de sua trajetória histórica e de suas diversas aplicações, com especial atenção às realidades socioambientais complexas e aos conhecimentos de grupos historicamente marginalizados, como as comunidades quilombolas.

A proposta central deste artigo é articular a evolução histórica do conceito de sustentabilidade com a realidade das comunidades quilombolas no Brasil. Para tal, se faz necessário analisar historicamente o conceito de sustentabilidade, traçando um panorama desde suas origens – marcadas pela crescente conscientização sobre os limites do crescimento econômico e a finitude dos recursos naturais, evidenciada por obras como “Os Limites do Crescimento” (Meadows et al., 1972) – até a formulação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030. Para, a partir dessa análise histórica, identificar as relações do conceito de sustentabilidade e como ele se aplica à realidade das comunidades quilombolas, com ênfase em suas práticas tradicionais de manejo dos recursos naturais, organização social e resistência cultural.

Enquanto territorialidades forjadas a partir da resistência ativa ao sistema escravocrata, as comunidades quilombolas constituem projetos sociopolíticos que, historicamente, elaboraram sofisticados sistemas de saberes socioecológicos.

Mais do que meros refúgios, esses espaços consolidaram uma relação intrínseca entre organização comunitária e manejo ambiental, cujas práticas — que vão da agrobiodiversidade à gestão coletiva dos recursos — interpelam diretamente o debate contemporâneo sobre sustentabilidade, oferecendo paradigmas alternativos ao modelo hegemônico de desenvolvimento.

A resistência quilombola se manifesta não apenas na luta pela terra e por direitos, mas também na preservação de sua cultura e de seus modos de vida, que incorporam práticas ancestrais de manejo sustentável dos recursos naturais e de organização social baseada na solidariedade e na cooperação. Esses conhecimentos tradicionais, construídos ao longo dos anos não quantificáveis de interação com o meio ambiente, guardam um potencial inestimável para a construção de um futuro mais sustentável e justo, como apontado por autores como Gomes (2015) e Silva (2010).

Buscando aprofundar a análise da relação entre as comunidades quilombolas e a sustentabilidade, examinamos os marcos históricos que contribuíram para a consolidação da agenda da sustentabilidade, considerando as dimensões ambiental, social e econômica. Serão examinados eventos como a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano (Estocolmo, 1972), a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (Rio de Janeiro, 1992) e a publicação do Relatório Brundtland “Nosso Futuro Comum” (WCED, 1987).

Além disso, identificaremos e analisaremos, dentre os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) quais os desafios de implementação nas comunidades quilombolas, considerando as questões de acesso à informação, recursos e participação nos processos de tomada de decisão. O artigo também investigará como essas comunidades podem contribuir para o alcance dos ODS em nível local e global, a partir da valorização de seus conhecimentos tradicionais e de sua participação ativa na construção de políticas públicas.

A TRAJETÓRIA DA SUSTENTABILIDADE: UMA PERSPECTIVA HISTÓRICA

A compreensão da sustentabilidade exige uma análise de sua trajetória histórica, marcada por diferentes eventos e influências que moldaram o conceito como o conhecemos hoje.

A trajetória do conceito de sustentabilidade é uma narrativa que se estende por séculos, entrelaçada com a própria história da relação da humanidade com o planeta. As origens do conceito remontam a um tempo em que a exploração dos recursos naturais era guiada por uma visão de mundo que colocava a natureza a serviço do homem, sem levar em conta seus limites e fragilidades. No entanto, ao longo do tempo, essa visão antropocêntrica começou a ser desafiada, dando espaço

a uma crescente consciência sobre a importância de preservar o meio ambiente para as futuras gerações.

As primeiras ideias de sustentabilidade surgiram em diferentes culturas e épocas, como resposta aos impactos negativos da ação humana sobre a natureza. Podemos destacar alguns marcos históricos que contribuíram para a formação do conceito:

Sociedades antigas: Culturas indígenas ao redor do mundo desenvolveram práticas agrícolas e de manejo de recursos naturais que visavam garantir a sua disponibilidade para as próximas gerações. O conhecimento tradicional sobre o ciclo da natureza, a importância da biodiversidade e a interdependência entre os seres vivos representavam uma forma de sustentabilidade em sua essência.

Idade Média: A crença na superioridade do homem sobre a natureza prevaleceu durante a Idade Média, levando a uma exploração desenfreada dos recursos naturais. No entanto, pensadores como São Francisco de Assis, com sua visão de fraternidade universal que incluía todas as criaturas, e Hildegard von Bingen, com seus estudos sobre as propriedades medicinais das plantas e a interconexão entre saúde humana e ambiental, trouxeram importantes contribuições para a ética ambiental e a sustentabilidade.

Século XIX: Com a Revolução Industrial e o crescimento populacional, a pressão sobre os recursos naturais se intensificou, levando à degradação ambiental e a problemas sociais como a pobreza e a desigualdade. Pensadores como George Perkins Marsh, autor de “O Homem e a Natureza” (1864), alertaram para os perigos da ação humana sobre o meio ambiente e defenderam a necessidade de uma relação mais harmoniosa entre o homem e a natureza.

Século XX: O século XX foi marcado por grandes avanços científicos e tecnológicos, mas também por conflitos mundiais e crises ambientais que evidenciaram a fragilidade do planeta. A partir da década de 1960, o movimento ambientalista ganhou força, impulsionado por obras como “Primavera Silenciosa” (1962), de Rachel Carson, que denunciou os impactos do uso de pesticidas, e “Os Limites do Crescimento” (1972), que alertou para os perigos do crescimento populacional e econômico desenfreado.

A partir desses eventos e reflexões, o conceito de sustentabilidade se transforma e ganha força, impulsionado por conferências e relatórios internacionais que buscam integrar as dimensões ambiental, social e econômica em um novo modelo de desenvolvimento.

O século XX testemunhou uma intensificação sem precedentes dos impactos da atividade humana sobre o planeta. Guerras mundiais, explosão demográfica, industrialização acelerada e o uso massivo de combustíveis fósseis geraram uma série de problemas ambientais, como poluição do ar e da água, desmatamento e perda de biodiversidade. Em resposta a essas crises, o movimento ambientalista

ganhou força, impulsionado por uma crescente conscientização sobre os limites do planeta e a necessidade de um novo modelo de desenvolvimento.

A crise do petróleo da década de 1970, por exemplo, despertou a consciência global sobre a finitude dos recursos naturais e a fragilidade do modelo de crescimento econômico vigente. Obras como “Os Limites do Crescimento” (Meadows et al., 1972) alertaram para as consequências do consumo desenfreado e da pressão sobre os ecossistemas, impulsionando o debate sobre a necessidade de um novo paradigma de desenvolvimento.

Em paralelo à crise do petróleo, emergia o conceito de sustentabilidade, inicialmente ligado à ideia de manutenção dos recursos naturais para as futuras gerações e a necessidade de discutir a problemática ambiental e lançar as bases para a cooperação internacional.

Eventos chave

- Conferência de Estocolmo (1972): Considerada um marco histórico, a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano, realizada em Estocolmo, em 1972, reuniu líderes mundiais para discutir a problemática ambiental e lançar as bases para a cooperação internacional. A conferência resultou na Declaração de Estocolmo, que reconheceu o direito ao desenvolvimento e a responsabilidade dos países de proteger o meio ambiente.
- Relatório Brundtland (1987): “Nosso Futuro Comum”, também conhecido como Relatório Brundtland, publicado em 1987, definiu o desenvolvimento sustentável como aquele que “atende às necessidades do presente sem comprometer a capacidade das futuras gerações de atender às suas próprias necessidades”. O relatório destacou a importância de integrar as dimensões ambiental, social e econômica, e influenciou a agenda global de desenvolvimento sustentável.
- ECO-92 (1992): A Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (ECO-92), realizada no Rio de Janeiro em 1992, consolidou o conceito de desenvolvimento sustentável como princípio norteador das políticas globais. A ECO-92 gerou documentos importantes como a Agenda 21, um plano de ação para o século XXI que propôs um conjunto de medidas para promover a sustentabilidade em escala global, nacional e local.
- Protocolo de Quioto (1997): O Protocolo de Quioto, um tratado internacional aprovado em 1997, estabeleceu metas para a redução das emissões de gases de efeito estufa, com o objetivo de combater o aquecimento global. O protocolo entrou em vigor em 2005 e representou um passo importante na cooperação internacional para enfrentar as mudanças climáticas.

- I Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM) e Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS): No início do século XXI, a agenda da sustentabilidade ganhou novo impulso com a formulação dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM) e, posteriormente, dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030. Os ODS, um conjunto de 17 objetivos ambiciosos e interconectados, visam erradicar a pobreza, proteger o planeta e garantir que todas as pessoas tenham paz e prosperidade até 2030.

O século XX foi um período de grande efervescência para o conceito de sustentabilidade, marcado por uma crescente conscientização sobre os desafios ambientais e sociais, e pela busca por soluções inovadoras e transformadoras. As bases lançadas no século XX pavimentaram o caminho para a agenda da sustentabilidade no século XXI, que exige ações urgentes e o comprometimento de todos os setores da sociedade para garantir um futuro mais justo e sustentável para todos.

SUSTENTABILIDADE QUILOMBOLA: PRÁTICAS, DESAFIOS E OPORTUNIDADES

As comunidades quilombolas, formadas por descendentes de africanos escravizados que resistiram ao sistema escravocrata, representam um exemplo vivo de sustentabilidade, resistência e preservação cultural. Os quilombos, historicamente, desenvolveram práticas de manejo sustentável dos recursos naturais, produção agrícola tradicional e preservação da cultura e dos conhecimentos ancestrais. Essas práticas, transmitidas de geração em geração, contribuem para a conservação da biodiversidade, a segurança alimentar e a coesão social.

Se caracterizam como comunidades que praticam a sustentabilidade em seu dia a dia, demonstrando como seus conhecimentos tradicionais podem contribuir para a construção de um futuro mais sustentável. Ao identificar as características principais da sustentabilidade quilombola, com base em autores como Bernardo (2008) e Nego Bispo (2009), o artigo analisará os desafios enfrentados por essas comunidades na preservação de seus modos de vida e na garantia de seus direitos territoriais, conforme discutido por Reis (1988) e Schwartz (2001).

A sustentabilidade quilombola se manifesta em diversos aspectos, como:

- I Manejo sustentável dos recursos naturais: As comunidades quilombolas desenvolveram técnicas de agricultura, pesca e extrativismo que garantem a preservação dos recursos naturais para as futuras gerações. O uso de técnicas como rotação de culturas, agrofloresta e manejo florestal comunitário são

exemplos de práticas sustentáveis que contribuem para a conservação da biodiversidade e a segurança alimentar.

- **Preservação da cultura e dos conhecimentos tradicionais:** A cultura quilombola é rica em saberes e práticas tradicionais que contribuem para a sustentabilidade. O conhecimento sobre plantas medicinais, a culinária tradicional, as técnicas de artesanato e as manifestações culturais como a música e a dança são elementos importantes da identidade quilombola e contribuem para a coesão social e a transmissão de conhecimentos entre gerações.
- **Organização social e comunitária:** A organização social das comunidades quilombolas, baseada na solidariedade, na cooperação e na tomada de decisões coletivas, é fundamental para a sustentabilidade. A gestão comunitária dos recursos naturais, a organização de mutirões para o trabalho coletivo e a participação ativa nas decisões da comunidade são exemplos de como a organização social contribui para a sustentabilidade.
- **Resistência e luta pela terra:** A luta pela terra e pelo reconhecimento de seus direitos territoriais é um elemento central da resistência quilombola. A garantia do acesso à terra é fundamental para a manutenção de seus modos de vida, a preservação de sua cultura e a prática da agricultura familiar.

Apesar de sua importância para a sustentabilidade, as comunidades quilombolas enfrentam diversos desafios na preservação de seus modos de vida e na garantia de seus direitos territoriais. A luta pela terra, o acesso a serviços básicos como saúde e educação, e a discriminação racial são alguns dos obstáculos que essas comunidades precisam superar para garantir sua sobrevivência e seu bem-estar.

COMUNIDADES QUILOMBOLAS E OS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (ODS)

Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) representam um guia para a ação global na busca por um futuro mais sustentável. No contexto das comunidades quilombolas, os ODS podem ser utilizados para promover o desenvolvimento sustentável e a garantia de seus direitos, considerando suas especificidades sociais, econômicas, ambientais e culturais.

Alguns ODS são particularmente relevantes para as comunidades quilombolas, como:

- **ODS 1: Erradicação da Pobreza:** A pobreza é um problema que afeta muitas comunidades quilombolas, e o ODS 1 busca erradicar a pobreza em todas as suas formas e em todos os lugares.
- **ODS 2: Fome Zero e Agricultura Sustentável:** As práticas agrícolas tradicionais das comunidades quilombolas contribuem para a segurança alimentar e o

- ODS 2 busca acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e melhoria da nutrição e promover a agricultura sustentável.
- ODS 4: Educação de Qualidade: O acesso à educação de qualidade é fundamental para o desenvolvimento das comunidades quilombolas, e o ODS 4 busca assegurar a educação inclusiva e equitativa de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos.
 - ODS 5: Igualdade de Gênero: A igualdade de gênero é um princípio fundamental da sustentabilidade, e o ODS 5 busca alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas.
 - ODS 10: Redução das Desigualdades: As comunidades quilombolas sofrem com a discriminação racial e o ODS 10 busca reduzir a desigualdade dentro dos países e entre eles.
 - ODS 15: Vida Terrestre: As práticas de manejo sustentável dos recursos naturais das comunidades quilombolas contribuem para a conservação da biodiversidade, e o ODS 15 busca proteger, recuperar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres, gerir de forma sustentável as florestas, combater a desertificação, deter e reverter a degradação da terra e deter a perda de biodiversidade.
 - ODS 16: Paz, Justiça e Instituições Eficazes: A luta pela terra e pelo reconhecimento de seus direitos territoriais é um elemento central da resistência quilombola, e o ODS 16 busca promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis.

A implementação dos ODS nas comunidades quilombolas, no entanto, enfrenta desafios como a falta de dados e informações específicas sobre essas comunidades, a dificuldade de acesso a recursos e a necessidade de fortalecer a participação quilombola nos processos de tomada de decisão. É fundamental que os governos e as organizações da sociedade civil trabalhem em conjunto para superar esses desafios e garantir que os ODS sejam implementados de forma inclusiva e equitativa, considerando as necessidades e as especificidades das comunidades quilombolas.

As comunidades quilombolas, por sua vez, podem contribuir para o alcance dos ODS em nível local e global, a partir de suas práticas e conhecimentos tradicionais. A valorização dos conhecimentos tradicionais quilombolas sobre manejo dos recursos naturais, agricultura sustentável, medicina tradicional, entre outros, pode inspirar soluções inovadoras para os desafios da sustentabilidade. Além disso, a participação ativa das comunidades quilombolas nos processos de tomada de decisão e na

implementação dos ODS é essencial para garantir que as políticas públicas sejam eficazes e respondam às necessidades dessas comunidades.

A análise da trajetória histórica da sustentabilidade revela uma crescente conscientização sobre os desafios socioambientais e a necessidade de um modelo de desenvolvimento que promova o bem-estar humano em harmonia com a preservação do planeta. Os ODS representam um marco importante nesse processo, delineando um caminho para o futuro com base na justiça social, na prosperidade econômica e na proteção ambiental.

As comunidades quilombolas, com suas práticas e conhecimentos tradicionais, demonstram que a sustentabilidade se constrói também a partir da valorização da cultura, da resistência e da relação harmoniosa com a natureza. A inclusão da perspectiva quilombola no debate sobre sustentabilidade é fundamental para a construção de um futuro mais justo e sustentável para todos.

A pesquisa sobre a sustentabilidade em comunidades quilombolas reforça a importância de valorizar os conhecimentos tradicionais e promover a participação dessas comunidades nos processos de tomada de decisão. As práticas quilombolas de manejo sustentável dos recursos naturais, organização social e preservação cultural podem inspirar soluções inovadoras para os desafios da sustentabilidade e contribuir para o alcance dos ODS em nível local e global.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BASTIDE, Roger. Os africanos no Brasil. São Paulo: Global, 2005.

BERNARDO, Maria Luiza T. de M. Quilombolas: Resistência, História e Cultura. São Paulo: Ática, 2008. COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E

DESENVOLVIMENTO. Nosso Futuro Comum. Oxford: Oxford University Press, 1987. Disponível em: <https://sustainabledevelopment.un.org/content/documents/5987our-common-future.pdf>. Acesso em: 17 dez. 2024. Tradução para português disponível em: https://www.mma.gov.br/estruturas/agenda21/_arquivos/nosso-futuro-comum.pdf. Acesso em: 17 dez. 2024.

GOMES, Flávio dos Santos. Mocambos e quilombos. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

GOMES, Nilma Lino. Aquilombar-se: Panorama sobre o movimento quilombola brasileiro. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2015.

LACERDA, Flávia. A invenção do quilombo. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2003. MOURA, Clóvis. Os quilombos na dinâmica social do Brasil. São Paulo: Global, 1993.

NEGO BISPO. Colonização, quilombos – Modos e significados. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

ONU - ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Agenda 21. Rio de Janeiro: Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, 1992. Disponível em: <https://sustainabledevelopment.un.org/content/documents/Agenda21.pdf>. Acesso em: 17 dez. 2024.

ONU - ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Declaração do Milênio das Nações Unidas. Nova York: Assembleia Geral das Nações Unidas, 2000. Disponível em: https://www.un.org/en/development/desa/population/migration/generalassembly/docs/globalcompact/A_RES_55_2.pdf. Acesso em: 17 dez. 2024. Tradução para português disponível em: <https://www.mprj.mp.br/documents/20184/100892/declaraçãodomilênio.pdf>. Acesso em: 17 dez. 2024.

ONU - ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Transformando Nosso Mundo: A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável. Nova York: Assembleia Geral das Nações Unidas, 2015. Disponível em: <https://sdgs.un.org/2030agenda>. Acesso em: 17 dez. 2024. Versão em português disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/91863-agenda-2030-para-o-desenvolvimento-sustentavel>. Acesso em: 17 dez. 2024.

REIS, João José. Rebeldes do escravismo: a resistência negra no Brasil. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 1988.

RIO WATCH. Quilombo do Camorim: Uma História de Preservação e Resistência. Disponível em: <https://rionwatch.org.br/?p=20726>. Acesso em: 20 out. 2024.

SILVA, Givânia Maria da. Educação Quilombola: Territorialidades, Saberes e as Lutas por Direitos. Salvador: EDUFBA, 2010.

SOUZA, Bárbara Oliveira. Educação e luta política no quilombo de Conceição das Crioulas. São Paulo: Annablume, 2006.

SCHWARTZ, S. B. Escravos, roceiros e rebeldes. Bauru: Edusc, 2001.